

TEMA 9
Economia Política
Texto 1

CTC
ANO - 1º FLS - 8
BOM ESTUDO

A meus dois filhos,

Jeffrey e Andrew

TEMA 9

HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO

Uma Perspectiva Crítica

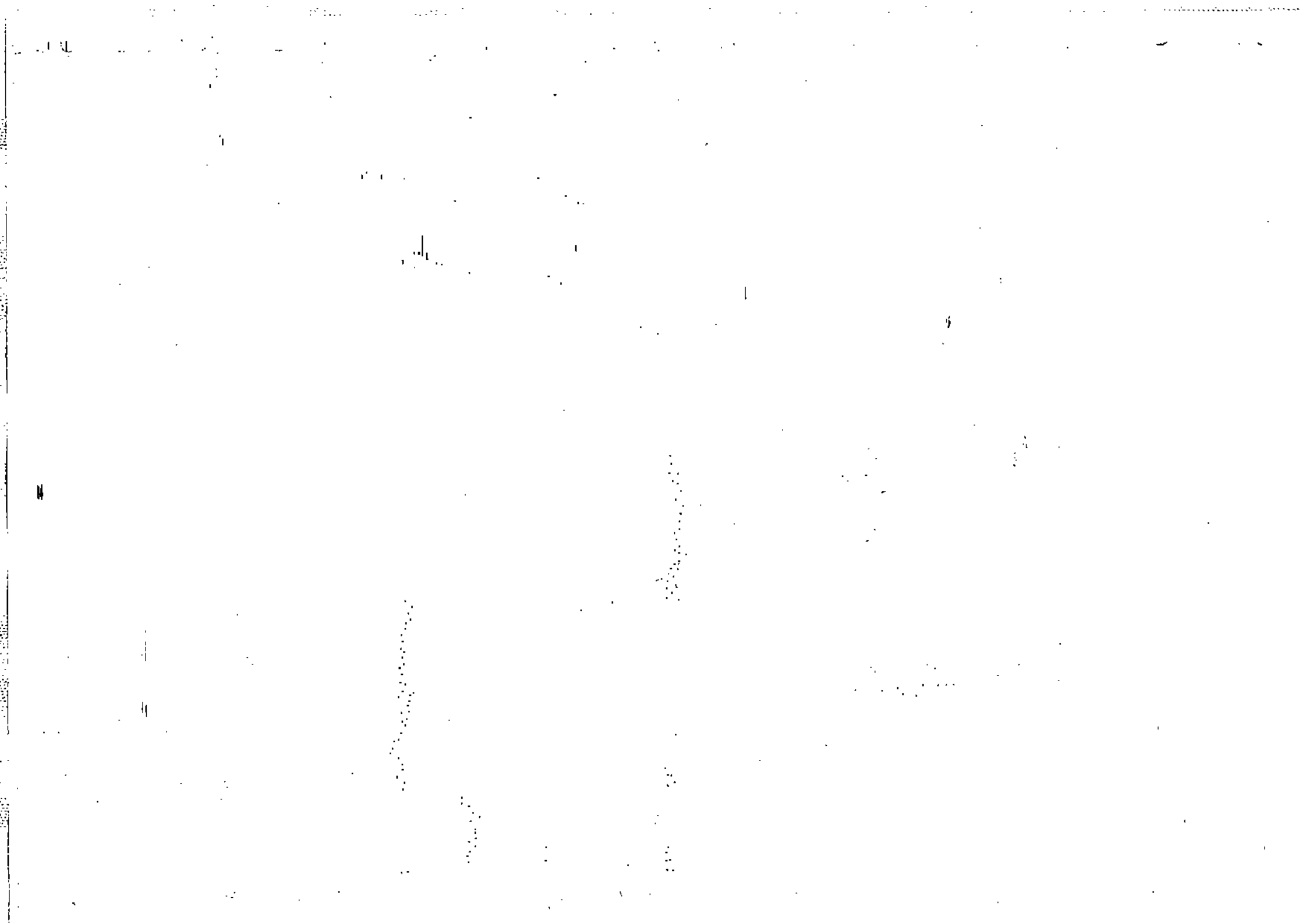
E. K. HUNT

University of Utah

TRADUÇÃO

José Ricardo Brandão Azevedo
Master em International Business
University of South Carolina

Editora
Campus



Em fins do século XVII, um número cada vez maior de capitalistas, particularmente os que tinham origens nas corporações de ofício, estava muito inibido em busca de lucro, pela complexidade das restrições e regulamentações mercantilistas que beneficiaram, inicialmente, as grandes companhias de comércio; os capitalistas procuravam livrar-se destas restrições. Também não gostavam dos remanescentes mercantilistas do antigo paternalismo cristão, que condenava o comportamento ambicioso, aquisitivo, e a vontade de acumular riquezas. A economia de mercado capitalista, que se estava ampliando significativamente em áreas muito importantes da produção e do comércio, precisava de um comportamento baseado na iniciativa individual, aquisitivo, para funcionar bem. Neste contexto, começaram a aparecer novas teorias sobre o comportamento humano. Autores começaram a afirmar que os motivos pessoais e egoístas eram os motivos básicos — quando não os únicos — que levavam o homem a agir.

Esta interpretação do comportamento humano é expressa nas obras de muitos pensadores importantes da época. Muitos filósofos e teóricos sociais começaram a afirmar que todo ato humano estava relacionado com a autopreservação e que, por isso, era egoísta, no sentido mais puro do termo. O nobre inglês Robert Filmer ficou muitíssimo espantado com o grande número de pessoas que falava de "liberdade natural da humanidade", uma opinião nova, plausível e perigosa, com implicações anarquistas.¹² *Leviathan*, de Thomas Hobbes, publicado em 1651, articulou objetivamente uma opinião, bastante difundida, de que todos os motivos humanos advinham de um desejo do que profizesse o "movimento vital" do organismo (homem). Hobbes acreditava que os motivos de todas as pessoas — até mesmo a compaixão — eram meramente diversos tipos de auto-interesse disfarçado: "A tristeza com a calamidade dos outros é piedade e deriva da imaginação de que a mesma calamidade pode acontecer consigo mesmo; assim, é chamada... de compaixão e de... solidariedade".¹³

Exceto os grupos de interesses especiais que se beneficiavam com as grandes restrições e regulamentações de comércio e produção neste período, os capitalistas, em sua maioria, sentiam-se inibidos e limitados pelas regulamentações estatais em sua busca de lucros. As doutrinas individualistas e egoístas foram ansiosamente defendidas por estes homens e começaram a dominar o pensamento econômico, até mesmo entre os mercadores. Um historiador metucioso afirma que "quase toda a política... mercantilista pressupunha que o interesse próprio governava a conduta individual".¹⁴

A maioria dos autores mercantilistas era formada de capitalistas ou empregados privilegiados de capitalistas. Por isso, era muito natural que eles percebessem os motivos dos capitalistas como universais. Das idéias dos capitalistas sobre a natureza da humanidade e suas necessidades de serem livres das grandes restrições econômicas é que nasceu a filosofia do individualismo, que serviu de base para o liberalismo clássico. Contra a visão bem

¹² Ver McDONALD, Cameron. *Western Political Theory: The Modern Age*. Nova Iorque, Harcourt Brace Jovanovich, 1962, p. 29.

¹³ Citado por GIRVETZ, Harry K. *The Evolution of Liberalism*. Nova Iorque, Colliers, 1963, p. 28-29.

¹⁴ GRAMPP, *Economic Liberalism*, 1:69.

paternalista que a Europa tinha herdado da sociedade feudal, eles sustentavam a idéia de que o ser humano deveria ser independente, dirigir-se a si mesmo, ser autônomo — deveria ser um indivíduo, uma unidade distinta de massa social, e não ficar preso à massa".¹⁵

O PROTESTANTISMO E A ÉTICA INDIVIDUALISTA

Um dos exemplos mais importantes deste individualismo e desta filosofia de classe foi a teologia protestante, que surgiu com a Reforma. Os novos capitalistas da classe média queriam ter liberdade, não só em relação às restrições econômicas que atrapalhavam a produção e o comércio, mas também em relação ao opróbrio moral que a Igreja Católica tinha associado aos seus motivos e às suas atividades. O protestantismo não só os libertou da condenação religiosa, como também acabou transformando em virtudes os motivos pessoais, egoístas e aquisitivos que a Igreja medieval tanto desprezara.¹⁶

Os principais mentores do movimento protestante estavam muito próximos da posição católica, em questões como a usura e o preço justo. Em muitas questões sociais, eram profundamente conservadores. Durante a revolta dos camponeses, na Alemanha, em 1525, Lutero escreveu um folheto cheio de rancor, intitulado *Against the Murdering of Peasants*, em que dizia que os príncipes deveriam "combater, estrangular e apunhalar...! Que tempos maravilhosos eram estes, em que um príncipe merecia o céu mais facilmente pelo derramamento de sangue do que um outro pelas orações!" Seu conselho contribuiu para o clima geral em que foram assassinados mais de 100 000 camponeses, incluindo o homem do zelo religioso.

Contudo, apesar do conservadorismo dos fundadores do protestantismo, esta visão religiosa contribuiu para a influência crescente da nova filosofia individualista. O princípio básico do protestantismo, que preparou o terreno para as atitudes religiosas que deram aprovação às práticas econômicas da classe média, era a doutrina de que os homens eram justos pela fé e não pelas obras. A Igreja Católica ensinava que os homens se tornavam bons pelas obras, e isto implicava, em geral, cerimônias e rituais. Segundo a visão protestante, nenhum homem poderia ser justo apenas pelos seus próprios méritos. "Ser justo pelas obras... não queria dizer que o indivíduo pudesse salvar-se por si próprio: significava que ele poderia ser salvo por intermédio da Igreja. Daí o poder do clero. A confissão obrigatória, a imposição de penitências a toda a população... juntamente com a possibilidade de excomunhão davam aos padres um terrível poder."¹⁷ Estes poderes também criaram uma situação em que as doutrinas medievais da Igreja Católica não eram abandonadas

¹⁵ McDONALD, *Western Political Theory*, p. 16.

¹⁶ Os estudos clássicos da relação entre o protestantismo e o capitalismo são os de MAX WEBER, *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, Nova Iorque, Scribner, 1958, e TAWNEY, Richard H., *Religion and the Rise of Capitalism*, Nova Iorque, Mentor Books, 1954.

¹⁷ HILL, Christopher, "Protestantism and the Rise of Capitalism". In: *The Rise of Capitalism*, Nova Iorque, Macmillan, 1966, p. 43. Organizado por D. S. Landes.

com facilidade, e o indivíduo ainda estava subordinado à sociedade (representada pela Igreja).

A doutrina protestante da justificação pela fé afirmava que os motivos eram mais importantes que os atos ou os rituais específicos. A fé era "nada mais que a verdade do coração".¹⁸ Todo homem tinha que indagar a si mesmo se seus atos se originavam de um coração puro e da fé em Deus; todo homem tinha que se julgar a si próprio. Esta confiança individualista na consciência particular de cada um atraía muitíssimo os artesãos da nova classe média e os pequenos comerciantes:

Quando o empresário de Genebra, Amsterdã ou Londres, dos séculos XVI e XVII, olhava para o íntimo de seu coração, verificava que Deus lhe tinha inculcido um profundo respeito pelo princípio da propriedade privada... Estes homens achavam sincera e decididamente que suas práticas econômicas, embora pudessem entrar em conflito com a lei tradicional da antiga Igreja, não ofendiam a Deus. Pelo contrário, glorificavam-no.¹⁹

Foi com esta insistência na interpretação da vontade de Deus pelo próprio indivíduo que os "puritanos procuraram espiritualizar os (novos) processos econômicos" e acabaram acreditando que "Deus tinha criado o mercado e a troca".²⁰ Todavia, algum tempo depois, os protestantes expuseram um dogma que esperavam viesse a ser aceito por todos. Mas o novo dogma era radicalmente diferente das doutrinas medievais. As novas doutrinas enfatizavam a necessidade de sair-se bem em sua passagem pela Terra como o melhor caminho para agradar a Deus e ressaltavam a diligência e o trabalho dedicado.

A antiga desconfiança cristã das riquezas traduziu-se numa condenação da extravagância e da dissipação desnecessária da riqueza. Assim, a ética protestante ressaltava a importância do ascetismo e da frugalidade abstermia. Um teólogo que estudou a relação entre religião e capitalismo resumiu a relação da seguinte maneira: "O valor religioso baseado no trabalho constante, sistemático e eficiente, por iniciativa própria, como o meio mais rápido de se assegurar a salvação e de se glorificar a Deus, tornou-se um poderosíssimo instrumento de expansão econômica. As limitações rígidas do consumo, por um lado, e, por outro, a intensificação metódica da produção só poderiam ter um resultado: a acumulação de capital".²¹ Assim, embora nem Calvin nem Lutero tenham sido um porta-voz da nova classe média capitalista, no contexto do novo individualismo religioso, os capitalistas encontraram uma religião na qual, com o tempo, "os lucros... passaram a ser considerados uma vontade de Deus, uma marca de Seus favores e uma prova de sucesso em se ter sido chamado".²²

¹⁸ Ibid.

¹⁹ Ibid., p. 46-47.

²⁰ Ibid., p. 49.

²¹ FULLERTON, Kemper. "Calvinism and Capitalism: an Explanation of the Weber Thesis". In: *Protestantism and Capitalism: The Weber Thesis and Its Critics*. Lexington, Mass., Heath, 1959, p. 19. Revisto por Robert W. Green.

²² Ibid., p. 18.

SÍNTESIS ECONÓMICAS DO INDIVIDUALISMO

durante toda a época do mercantilismo, este novo individualismo levou a inúmeros ataques contra a subordinação dos assuntos econômicos à vontade do estado. Desde o século XVII, quase todos os autores mercantilistas condenaram os monopólios criados pelo estado e outras formas de proteção e favoritismo na economia interna (relacionadas ao comércio internacional). Muitos achavam que, num mercado em competição, que colocava um comprador diante do outro, um vendedor diante do outro e um comprador contra vendedor, a sociedade lucraria mais se o preço pudesse flutuar livremente encontrando seu nível adequado (de equilíbrio do mercado). Um dos primeiros autores mercantilistas importantes, John Hales, argumentou que a produtividade agrícola seria aperfeiçoada se os lavradores tivessem permissão para

ter o lucro do que estão tendo com ela, e liberdade para vender a produção em qualquer ocasião, em todos os lugares, com a mesma liberdade que os homens têm de fazer as outras coisas. Não há dúvida de que, nesse caso, o preço do milho subiria, principalmente no começo, mas não por longo prazo; contudo, este preço faria com que todos arassem o solo, cultivassem terras lixiviadas e transformassem as terras reservadas para pastagem em terras aráveis; isto porque todos seriam movidos com mais disposição, quando vissem os maiores lucros e ganhos. Com isso, haveria, naturalmente, muito milho e também muita riqueza para este reino; além disso, teríamos muito mais mantimentos.²³

A experiência — de que as restrições à produção e ao comércio dentro de uma nação eram prejudiciais aos interesses de todos — difundiu-se cada vez mais, em fins do século XVII e começo do século XVIII. Podem-se encontrar muitas exposições deste ponto de vista nas obras de autores como Malynes, Petty, North, Law e Child.²⁴ Destes, talvez John North (1641-1691) tenha sido o primeiro porta-voz claro da ética individualista que se transformaria na base do liberalismo clássico. North achava que todos os homens eram motivados primordialmente pelo interesse próprio e que deveriam ter liberdade para agir por si só num mercado livre, para que o bem-estar público fosse maximizado. Argumentava que, sempre que mercadores ou capitalistas defendiam leis especiais para a produção ou o comércio, "geralmente visavam ao seu próprio interesse imediato como a Medida do Bem e do Mal. E há muitos que, para ganhar um pouco no seu próprio comércio, não se importam com o sofrimento alheio; e cada homem luta para que todos os outros sejam obrigados, em suas transações, a agir de modo a que favoreçam o lucro, mas em nome do público".²⁵ O bem-estar público seria mais bem atendido, na opinião de North, se quase todas as leis restritivas que concediam privilégios especiais fossem inteiramente abolidas.

Em 1714, Bernard Mandeville publicou *The Fable of the Bees; or Private Vices, Public Benefits*, em que apresentou o paradoxo aparentemente estranho de que os vícios privados desprezados pelo antigo código moral, se praticados por todos, resultariam em maior

²³ Citado por GRAMPP, *Economic Liberalism*, I: 78.

²⁴ Ibid., p. 77-81.

²⁵ Citado por *The Varieties of Economics*. Nova Iorque, Meridian, 1962, 2 v. I: 185. Revisto por J. H. Leachman.

proveito para o público. Asseverava ele que a ambição, o egoísmo e o comportamento aquisitivo tenderiam a contribuir para a industrialização e para uma economia progressista. A resposta deste paradoxo era, obviamente, que o que era visto como vício pelos moralistas medievais eram as próprias forças motivadoras que impeliam o novo sistema capitalista. E, segundo, as novas filosofias religiosas, morais e econômicas da época capitalista, estes motivos não eram mais vícios.

Muitos capitalistas tinham lutado, durante toda a época mercantilista, para libertar-se de todas as restrições em sua busca do lucro. Estas restrições — que só beneficiavam um número relativamente pequeno de companhias de comércio mais antigas, já estabelecidas e monopolistas — eram fruto das leis paternalistas, que eram remanescentes da versão feudal da ética cristã paternalista. Esta ética simplesmente não era compatível com o novo sistema econômico, que funcionava na base de obrigações contratuais estritas entre as pessoas, e não em vínculos pessoais tradicionais. Inúmeros mercadores e capitalistas novos procuraram minar as posições privilegiadas dos monopólios dos mercadores mais antigos e criar um sistema sócio-político mais voltado para a busca livre e desinibida do lucro. Os mercadores e capitalistas que investiam grandes somas em empreendimentos no mercado não podiam depender da força dos costumes para proteger seus investimentos. Tampouco podiam buscar, efetivamente, lucros no emaranhado de restrições governamentais que caracterizavam o início da época mercantilista.

A busca do lucro só poderia ser eficaz numa sociedade baseada na proteção dos direitos de propriedade e na certeza do cumprimento dos compromissos contratuais impostos entre os indivíduos. Neste quadro institucional, os capitalistas tinham que poder continuar buscando seus lucros livremente. A nova ideologia que se estava enraizando firmemente nos séculos XVII e XVIII justificava estes motivos e estas relações entre os indivíduos. Ao mesmo tempo, uma mudança igualmente importante estava ocorrendo na maneira pela qual os ideólogos econômicos explicavam os preços, a natureza e as origens dos lucros.

ORIGENS DA TEORIA CLÁSSICA DE PREÇOS E LUCRO

Com a integração de produção e comércio e a dificuldade cada vez maior de se obter lucro com a simples exploração das diferenças de preço, começou uma nova orientação para entender os preços e o lucro. Um famoso estudioso desta época escreveu o seguinte: "No fim do século XVII, principalmente na Inglaterra, a orientação sobre custos, adotada pelos produtores mais antigos com relação ao valor, começa a dar sinais claros de renascimento. Passa-se a dar cada vez mais ênfase aos custos de produção, particularmente na indústria."²⁶

Com a criação de uma mão-de-obra "livre" — quer dizer, um número substancial de produtores que não podiam ter controle algum sobre os meios de produção necessários, e que eram obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver — foi-se tornando gradativamente claro que o controle sobre estes produtores era a chave para a obtenção de

lucros. Um exemplo deste enfoque foi a afirmativa de Daniel Defoe, em sua obra *A General History of the Trade* (1713), de que "são o trabalho e o engenho das pessoas que, por si sós, tornam a riqueza... o comércio lucrativo para a nação".²⁷ Outra das inúmeras afirmações que expressam este ponto de vista pode ser encontrada na obra *Britannia Libera* (1713) de Petty: "Só se pode acumular um tesouro suficiente com o trabalho das pessoas. Portanto, as pessoas são a mercadoria principal, mais básica e preciosa, da qual podem ser obtidos todos os tipos de produtos industrializados, navios, riquezas, conquistas e domínio sólido."²⁸

A indústria capitalista começou a conseguir aumentos substanciais da produtividade ao aumentando a divisão do trabalho, pela qual diferentes trabalhadores se especializavam apenas em uma ou poucas tarefas; os pensadores sobre a economia do início do século XVIII começaram a identificar dois princípios distintos e importantes que norteavam o aumento de produtividade. Primeiramente, viram que os recursos naturais transformavam em mercadorias com valor de troca depois de o trabalhador os transformar em produtos com valor de uso. Em segundo lugar, com o aumento da especialização e a divisão do trabalho, ficou claro que uma troca de mercadorias poderia ser substituída por uma troca de diferentes trabalhos especializados incorporados nestas mercadorias. Isto foi visto com mais clareza por Bernard Mandeville:

"A providência ordenou as coisas de tal modo, que não só diferentes partes do mesmo país têm sua produção mais adequada; da mesma forma, homens diferentes têm aptidões adaptadas a uma grande variedade de artes e indústrias diferentes. Portanto, o comércio, ou a troca de uma mercadoria... por outra, é altamente conveniente e benéfico para a humanidade... Para facilitar a troca, os homens inventaram o dinheiro, adequadamente chamado *medida de troca*, porque com ele troca-se trabalho por trabalho ou uma mercadoria por outra... E o comércio, em geral, não mais é do que a troca de trabalho por trabalho e, por isso, o valor de todas as coisas é... medido mais corretamente pelo trabalho."²⁹

O precursor mais evidente da teoria do valor-trabalho dos economistas clássicos foi o trabalho publicado em 1738, intitulado *Algumas Idéias sobre o Valor do Dinheiro em Geral*, que concluiu que

"o valor das... (mercadorias), quando são trocadas umas pelas outras, é regulado pela quantidade de trabalho necessária e comumente usada em sua produção; e seu valor ou preço, quando são compradas e vendidas e comparadas com um meio comum, será determinado pela quantidade de trabalho empregada e pela maior ou menor quantidade do meio ou da medida comum."³⁰

Com base neste ponto de vista, é óbvio que, se o trabalho é o mais importante determinante dos preços em geral, o trabalho também tem que ser a fonte dos lucros, porque os lucros são obtidos pela compra e venda. Quando os lucros são auferidos através do controle do processo de produção, têm que refletir uma diferença dos preços pagos pelos insu-

²⁶ Citado por FURNESS, Edgar S. *The Position of the Laborer in a System of Nationalism*. Nova Iorque, Augustus M. Kelly, 1965, p. 16.

²⁷ *Ibid.*, p. 16-17.

²⁸ Citado por MEEK, *Labour Theory of Value*, p. 41.

²⁹ *Ibid.*, p. 42-43.

²⁶ MEEK, *Labour Theory of Value*, p. 18.

mos necessários à produção e à quantidade produzida. Durante toda aquela época, muitos autores passaram a ver os lucros como um *excedente*, que ficava, após os trabalhadores terem conseguido as mercadorias necessárias para seu próprio consumo. Em 1696, John Cary escreveu que as mercadorias "exportadas dão mais ou menos lucro, de acordo com o trabalho das pessoas incorporado ao seu valor".³¹ Em 1751, esta fonte de lucro estava sendo chamada de excedente de produção sobre as necessidades de consumo dos trabalhadores:

A fonte da riqueza é o número de habitantes;... quanto mais populoso for um país, mais rico ele é ou poderá ser... Isto porque a terra é gratuita e remunera seu trabalho não apenas com o suficiente, mas com abundância... Ora, tudo o que sobra sem ser consumido é excedente, que constitui a riqueza da nação.³²

Mas estes pensadores não conseguiram entender o processo com clareza suficiente para mostrar como era possível que a quantidade de trabalho incorporada a uma mercadoria fosse, ao mesmo tempo, o determinante dos preços e a fonte do valor e do lucro excedente. Para isto tornar-se possível, teve que haver um claro reconhecimento de que o lucro sobre o capital era uma categoria distinta de renda de classe, que ia para o dono do capital, porque sua propriedade permitia que ele controlasse o emprego dos trabalhadores, e isto representava mais ou menos o valor de troca do capital do capitalista. Ronald L. Meek, eminente historiador de idéias econômicas, chegou à seguinte conclusão:

O lucro sobre o capital e as classes sociais que passaram a auferir rendas deste tipo era, obviamente, o produto final de vários séculos de desenvolvimento econômico. Mas foi só a partir da segunda metade do século XVIII, ao que parece, que o lucro sobre o capital como um novo tipo genérico de renda de classe tornou-se tão claramente diferenciado dos demais tipos de renda, que os economistas conseguiram captar todo o seu significado e delinear suas características básicas.³³

Em 1776, Adam Smith publicou sua famosa obra, intitulada *A Riqueza das Nações*. Esta foi a primeira análise sistemática e ampla do capitalismo, em que esta maneira de entender o lucro sobre o capital foi plenamente elaborada. No próximo capítulo, examinaremos as idéias de Smith. Mas, antes de fazê-lo, é preciso fazer um breve resumo das idéias dos fisiocratas, uma escola francesa de economistas do século XVIII, cujas obras deveriam exercer uma influência considerável sobre o desenvolvimento subsequente das doutrinas econômicas.

OS FISIOCRATAS COMO REFORMADORES SOCIAIS

Os fisiocratas eram um grupo de reformadores sociais franceses, discípulos intelectuais de François Quesnay (1694-1774). Quase todas as suas idéias se originavam direta ou indiretamente do *Tableau Économique*, de Quesnay.³⁴ Sua influência imediata sobre os

³¹ Citado por FURNESS. *Position of the Laborer*, p. 19.

³² HAY, William. Op. cit.

³³ MEEK. *Labour Theory of Value*, p. 24-25.

³⁴ QUESNAY, François. *Tableau Économique*. Le... es, H. Higgs, 1... original impresso por particulares, Versailles, 1758.

os econômicos e políticos franceses durou cerca de duas décadas e terminou quando o membro politicamente mais influente, Turgot, perdeu seu cargo de controlador geral das finanças, em 1776.

Os fisiocratas estavam interessados em reformar a França, que estava passando por mudanças econômicas e sociais, causadas principalmente por uma combinação heterogênea de muitas das piores características do feudalismo e do capitalismo comercial. A triana estava desordenada e era ineficiente, opressiva e injusta. A agricultura ainda usava tecnologia feudal, feita em pequena escala, ineficiente, e continuava sendo uma fonte de renda feudal que inibia o avanço do capitalismo. O Governo era responsável por um emaranhado extraordinariamente complexo de tarifas, restrições, subsídios e privilégios nas atividades da indústria e do comércio. O resultado disso foi o caos social e econômico, que culminou com a Revolução Francesa.

Os fisiocratas achavam que as sociedades eram governadas pela lei natural e que os problemas da França eram devidos à incapacidade de seus dirigentes compreenderem esta lei natural e ordenarem a produção e o comércio de acordo com ela. Quesnay formulou um modelo simples de como uma sociedade deveria ser estruturada, a fim de refletir a lei natural, e, com base neste modelo, os fisiocratas advogavam a reforma política; a abolição das corporações de ofício e a remoção de todas as tarifas, impostos, subsídios, restrições e regulamentações existentes que prejudicassem a indústria e o comércio. Propuseram a substituição da agricultura em pequena escala e ineficiente, então vigente, pela agricultura capitalista em grande escala. Mas a proposta de reforma pela qual os fisiocratas são mais conhecidos foi a recomendação de que toda a renda do Governo fosse obtida através de um único imposto, para todo o país, sobre as atividades agrícolas (por razões que ficarão claras na discussão subsequente).

As reformas estavam destinadas a ser inatingíveis, porque os fisiocratas não questionavam o direito da nobreza feudal de receber a renda de suas terras, enquanto que a nobreza percebia — bastante corretamente — que os esquemas fisiocratas levariam ao empobrecimento da classe proprietária de terras e à ascensão da classe capitalista. Mudanças sociais que exigem o deslocamento de uma classe dominante por outra não podem ser conseguidas por meio de reformas. Exigem revolução, e a França precisou da revolução de 1789 para que mudanças parecidas com as defendidas pelos fisiocratas se tornassem possíveis.³⁵

Portanto, a influência dos fisiocratas foi basicamente intelectual e não política. Algumas das idéias expressas no *Tableau Économique* de Quesnay deveriam tornar-se, de fato, muito importantes na literatura econômica. Dedicaremos o restante deste capítulo a uma discussão de três tópicos nos quais as idéias de Quesnay haveriam de ter um impacto importante: (1) a noção de trabalho produtivo e improdutivo e de excedente econômico; (2) a interdependência mútua dos processos de produção; (3) os fluxos circulares da moeda e das mercadorias e as crises econômicas que podem ser causadas pelo entesouramento do dinheiro.

³⁵ Uma defesa mais completa desta afirmativa pode ser encontrada em ROGIN, Leo. *The Meaning and Validity of Economic Theory*. Nova Iorque. Harper & Row, 1957, p. 14-50.

AS IDÉIAS ECONÔMICAS DE QUESNAY

O *Tableau Économique* é, basicamente, um modelo de uma economia. O modelo mostra os processos de produção, circulação da moeda e das mercadorias e a distribuição da renda. O modelo pressupõe que a produção ocorra em ciclos anuais e que tudo o que é produzido em um ano é consumido naquele ano ou se transforma nos insumos necessários para a produção do ano seguinte. O centro de atenção é a agricultura. Por exemplo, em determinado ano, o setor agrícola produz 5 bilhões.³⁶ O setor industrial produz um bilhão. O produto bruto é de 6 bilhões. Um bilhão vai imediatamente substituir o ativo durável usado pela agricultura na produção, deixando um produto líquido de 5 bilhões.

Do produto agrícola, 2 bilhões ficam com os produtores. Incluem as sementes para o período seguinte e os salários da administração (lucro) para os fazendeiros capitalistas e os agricultores. Todo o estoque de moeda (2 bilhões) está nas mãos dos fazendeiros capitalistas, no início do período. Eles pagam 2 bilhões em moeda à classe dos proprietários rurais, como arrendamento. Esta é a renda excedente no sistema. Os proprietários de terras não desempenham qualquer função econômica em troca deste pagamento.

Estes 2 bilhões representam um excedente produzido no setor agrícola, que ultrapassa o consumo dos agricultores e os custos de reposição dos ativos consumidos na produção agrícola. Os fisiocratas consideravam este excedente um presente da natureza e achavam que só através do contato direto com a natureza, na produção extrativa ou agrícola, é que o trabalho humano poderia produzir um excedente. Os agricultores eram, portanto, chamados de *classe produtiva*. Os produtores de mercadorias industrializadas eram chamados de *classe estéril*, não porque não produzissem, mas porque o valor do que produziam era, presumivelmente, igual aos custos necessários de matérias-primas mais os necessários salários de subsistência dos produtores. Não se achava que pudesse sobrar qualquer excedente ou lucro na atividade industrial. Havia, portanto, três classes: a classe produtiva (capitalistas e trabalhadores dedicados à produção agrícola), a classe estéril (capitalistas e trabalhadores ligados à indústria) e a classe ociosa (os donos de terras, que consumiam o excedente produzido pela classe produtiva).

Após o recebimento de sua renda pela classe dos proprietários de terras, o *Tableau* prosseguia com uma longa lista de transações que mostravam como os produtos dos setores agrícola e industrial eram distribuídos ou alocados e como era necessário haver a perfeita circulação da moeda para esta alocação. No fim de todo o processo, se as transações fossem agregadas, veríamos que a economia voltaria ao seu estado inicial. Em cada período, o setor industrial reproduzia o mesmo valor que tivesse usado em insumos (matérias-primas e consumo de subsistência do setor agrícola); o setor agrícola reproduzia o valor de seus insumos (sementes, consumo de subsistência e ativos agrícolas duráveis usados) e um valor excedente de 2 bilhões, que era apropriado pela classe dos proprietários de terras e consumido sob a forma de produtos agrícolas e produtos industriais.

Este modelo ilustra o fato de que os dois setores de produção são interdependentes e que o produto de cada um deles é um insumo necessário para o outro. Esta interdependência tecnológica de diferentes indústrias deveria servir (conforme discutiremos mais

adiante, em outro capítulo) de base para as futuras versões da teoria do valor-trabalho. O modelo também ilustra o fato de que a alocação de insumos e produtos requer a circulação contínua da moeda. Os fisiocratas se anteciparam a T. R. Malthus, Karl Marx, J. M. Keynes e muitos outros economistas posteriores, que mostraram como o entesouramento da moeda ou a criação de pontos de estrangulamento ou desequilíbrios no processo de circulação monetária poderia atrapalhar a alocação de insumos e de produtos, provocando crises ou depressões econômicas.

Finalmente, muito embora virtualmente todos os economistas posteriores tenham adotado a noção de que o excedente econômico era um dom da natureza, a classificação dos trabalhadores cuja força de trabalho cria valor excedente como produtivos e daqueles cuja força de trabalho não cria excedente como improdutivo deveria tornar-se um elemento importante na análise econômica do século XIX.

CONCLUSÃO

Em geral, deve-se dizer que muito poucos economistas anteriores a Adam Smith apresentaram o mesmo tipo de análises coerentes e bem elaboradas dos processos econômicos do capitalismo, que encontraremos nos capítulos que se seguem. Isto não ocorreu por serem eles intelectualmente inferiores aos seus sucessores, mas porque estavam escrevendo numa época de transição sócio-econômica em que as características do sistema capitalista emergente estavam permeadas de muitos vestígios do antigo sistema. Em fins do século XVIII, as características mais gerais do capitalismo já se tinham tornado muito mais visíveis. Daquela época em diante, os pensadores econômicos puderam perceber muitas destas características, com uma clareza cada vez maior. Além do mais, depois de o capitalismo ter aparecido claramente como o sistema econômico dominante da Europa Ocidental, cada geração de economistas que passava podia aproveitar e refinar as idéias de seus predecessores.

Não obstante, o leitor verá que muitas das idéias discutidas neste capítulo têm reaparecido várias vezes até os dias de hoje. Apesar das enormes mudanças ocorridas desde o século XVI, o capitalismo continua baseando-se em muitos dos mesmos fundamentos sociais, políticos, jurídicos e econômicos que eram percebidos apenas por alto, na época em que estavam começando a dominar a sociedade da Europa Ocidental.

³⁶ Estou adotando a terminologia de Rogin em *Economic Theory*, p. 20, e não a de Quesnay.

